



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8715

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Celebração de convênios, termos de cooperação e aditivos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 05/02/2013

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 06/2013. Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros e firmar convênio com a Associação do Circuito Turístico Sertão Gerais, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.586, de 08/04/2013).

Controle Interno – Caixa: 21.3

Posição: 21

Número de folhas: 07

Ass: R
Ass: Reposta recursos
21.3
Ass: 21
Ass: 05



Nº 06/2013
26.03.2013

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 06/2013

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos Financeiros a Associação do Circuito Turístico Sertão Gerais, e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 05/02/2013
Comissão de Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Toma de Contas
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA 26.03.2013



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

PROJETO LEI Nº. **06**

DE 04 DE FEVEREIRO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO SERTÃO GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, autorizado a firmar convênio e repassar recursos financeiros na importância de R\$12.000,00 (doze mil reais) para a Associação do Circuito Turístico "Sertão Gerais".

Parágrafo único – O repasse de que trata o *caput* deste artigo será feito em 10 parcelas mensais no valor de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 02.04.03-04.695.0048.2.108-335041 – Ficha 2030

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Montes Claros (MG), 04 de fevereiro de 2013.


Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E RUSTICA
EM 05 DE FEVEREIRO DE 2012
A. Silva
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇ
AMENTO TOMADA CONTAS
EM 05 DE FEVEREIRO DE 2013
A. Silva
PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), em 04 de fevereiro de 2013.

Exmo. Sr.

Dr. Antônio Silveira de Sá (Dr. Silveira)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP 29 /2013

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo Municipal ***“A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO SERTÃO GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***.

O presente Projeto de Lei visa dar continuidade ao programa Circuito Turístico Sertão Gerais, onde o Município atua como sócio fundador.

O programa tem como intuito a promoção, elaboração e coordenação de um plano integrado para o desenvolvimento turístico sustentável na região abrangida pelos Municípios associados, visando a geração de emprego e renda.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 06/2013 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos Financeiros a Associação do Circuito Turístico Sertão Gerais e dá Outras Providências.” de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que compete ao Executivo a iniciativa de projetos versando sobre questões financeiras, inclusive convênios, desde que com a autorização da Câmara.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 06 de fevereiro de 2013.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 06/2013

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Repasse Recursos Financeiros à Associação do Circuito Turístico Sertão Gerais, e dá Outras Providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 05/02/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 06/02/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, a celebrar convênio e repassar recursos financeiros no valor de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**, em **10 (dez) parcelas mensais no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)** à Associação do Circuito Turístico Sertão Gerais.

Nos termos da Mensagem do Executivo, o Município atua como sócio-fundador da referida associação e que a mesma tem como finalidade a promoção, elaboração e coordenação de um plano integrado para o desenvolvimento turístico sustentável na região.

Quanto à questão financeira, o Executivo indicou dotação orçamentária para arcar com as despesas da futura lei.

Verifica-se que a proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 13 de março de 2013.

Presidente Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira _____

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 06/2013

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Repasse Recursos Financeiros à Associação do Circuito Turístico Sertão Gerais, e dá Outras Providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão em 05/02/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 06/02/2013.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria a ela submetida.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, a celebrar convênio e repassar recursos financeiros no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) , em 10 (dez) parcelas mensais no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) a Associação do Circuito Turístico Sertão Gerais.

Nos termos da Mensagem do Executivo, o Município atua como sócio-fundador da referida associação e que a mesma tem como finalidade a promoção, elaboração e coordenação de um plano integrado para o desenvolvimento turístico sustentável na região.

Quanto à questão financeira, o Executivo indicou dotação orçamentária para arcar com as despesas da futura lei.

III – CONCLUSÃO

Diante do Exposto, esta Comissão é favorável à aprovação do referido Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 15 de março de 2013.

Presidente: Ver. Altamar de Freitas Cardoso _____

Vice- Presidente : Ver. José Marcos Martins de Freitas:: _____

Relator: Ver. Fábio Neves Nunes _____